

Concepções de Família e de Autoridade de Alunos do Curso de Psicologia da UFG

Fernanda Rezende R. Almeida¹, Susie Amâncio Gonçalves de Roure²

Universidade Federal de Goiás,

Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação, Psicologia e Cultura

nandarezenderodrigues@gmail.com e susie@terra.com.br

PALAVRAS-CHAVE: Autoridade, Família, Psicologia, Formação.

1 INTRODUÇÃO

O trabalho aqui apresentado refere-se ao subprojeto “Concepções de Família e de Autoridade de Alunos do curso de Psicologia UFG”, filiado à pesquisa em fase de finalização: *Autoridade e Família: perspectivas da formação na sociedade contemporânea*, coordenada pela Prfa. Dra. Susie Amâncio Gonçalves de Roure. Esse subprojeto foi desenvolvido no período de 2010/2011 no Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação, Psicologia e Cultura (NEPPEC), da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás, integrado ao projeto “Razão e des-razão: as contrafaces do psicólogo em formação”, coordenado pela Prfa. Dra. Anita Cristina Azevedo Resende.

Freud em “Psicologia de Grupo e Análise do eu” (1974c) discute acerca da constituição do sujeito a partir de sua relação com o grupo em um movimento de internalização e objetivação. Segundo esse teórico, está na base da constituição do sujeito a identificação com figuras de autoridade através de idealizações e mecanismos psíquicos. Ou seja, é na relação com figuras de autoridade que a personalidade da criança pode ganhar contorno, aprendendo, de certa forma, a controlar seus impulsos, que se deixados “a céu aberto”, poderiam desintegrar o próprio sujeito. É na dialética entre o impulso para a realização completa e a impossibilidade de realização, imposta pela cultura, que o sujeito se constitui.

O indivíduo se forma, portanto, através da internalização desses interditos. Tais interditos inicialmente advêm por meio das figuras parentais, atravessados por uma mescla de

Revisado pelo orientador

¹ Fernanda Almeida: Orientanda, participação como bolsista PIBIC 2010/2011

² Susie de Roure: Orientadora, coordenadora da pesquisa

amor e ódio, que impõem ao sujeito a impossibilidade da satisfação completa e *a posteriori*, são substituídos por outras figuras de autoridade relacionadas à cultura. Porém, essa internalização não ocorre de forma direta, há uma identificação com essas figuras que passa por mecanismos inconscientes de idealização. A internalização dessas interdições compõe o superego do indivíduo somente de forma idealizada, servindo como uma instância singular de regulação para a ação no mundo e realização de seus desejos.

A Teoria Crítica da Escola de Frankfurt reconheceu na tese Freudiana a importância das primeiras figuras parentais, localizadas na família, para os mecanismos de internalização da autoridade e sua consequente relevância na formação da subjetividade.

A psicanálise deu uma contribuição decisiva para a compreensão das relações ativas entre família e sociedade. Está com a razão quem formulou, inclusive, uma “psicologia da família” enfatizando a função constitutiva da família no desenvolvimento dos indivíduos e dos grupos, antes de se pensar numa psicologia da chamada vida familiar. O que importa, neste caso, não é tanto a especulação de Freud sobre a sociedade primeva, mas a visão que se obteve da família como local socialmente definido, no qual se forma a estrutura da personalidade que, por sua vez, tornar-se-á socialmente relevante (ADORNO E HORKHEIMER, 1987, p.136).

Nesse sentido, os teóricos dessa escola buscaram compreender como a questão da autoridade familiar foi constituída em um dado momento histórico, atrelada a questões sociais na relação entre o racional e o irracional.

Segundo esses teóricos, a família apresenta um caráter contraditório. Inserida em uma sociedade guiada pela lógica do capital, a família historicamente adquiriu como função a adaptação do sujeito ao mercado de trabalho, impondo a partir de uma autoridade convertida em autoritarismo uma submissão à ordem vigente. Porém, concomitantemente a esse movimento a família conseguiu perpetuar nessa ordem racional, elementos irracionais como os laços sanguíneos e afetivos, se transformando também em um *locus* de segurança e de possibilidade de superação da ordem vigente.

Ocorre que a primeira face da família atua de forma decisiva sobre a segunda. As identificações que se dão dentro dessa instituição são ditadas pela lógica do mercado, em que a submissão à lei do pai é expandida de forma irracional a outras leis do capital. E aqui se encontra a grande vitória do capital. Entretanto, o triunfo do capital na família pode significar a própria derrocada de tal instituição, pois a lei de mercado se fortalece destruindo os vínculos humanos.. Ao passo que historicamente a família tem perdido seu caráter de proteção e conforto, a repressão advinda dela passa a ser injustificada e, portanto, a agressividade originada de sua função repressora é voltada para a própria família.

Dessa forma, a chamada “crise da/na família” é localizada em um espaço mais abrangente de discussão. Tal crise está vinculada a um processo social mais amplo, em que o indivíduo vem perdendo a cada vez mais um local em que possa se sentir seguro e se constituir de forma autônoma, ou seja, em que tenha a possibilidade de enfrentamento com a lei, principalmente em sua forma autoritária como se dá atualmente:

Precisamente a esfera da intimidade, que pareceria decisiva para a definição da família, é de natureza social e não se deixa separar do princípio de trabalho assalariado que consolidaria o seu triunfo na época de desenvolvimento da sociedade burguesa (...). A crise da família é de origem social e não é possível negá-la ou liquidá-la como simples sintoma de degeneração ou decadência (...) o antagonismo inerente ao princípio constitutivo da família burguesa faz, precisamente, com que sua ruína não contenha apenas o aspecto positivo da emancipação de uma autoridade heterônoma, mas também um aspecto negativo que hoje se manifesta de uma forma drástica. Se bem que os aspectos repressivos da família burguesa estejam se dissipando, isso não significa, necessariamente, que tenham sido substituídos por formas menos autoritárias ou verdadeiramente mais livres (ADORNO E HORKHEIMER, 1987, p.137-141).

Em ‘Entre o passado e o futuro’ (2001), Hannah Arendt³ analisa o movimento de desaparecimento da autoridade, sua transformação em autoritarismo e as consequências para a sociedade de um modo geral. Isso contribui de forma essencial para a compreensão acerca da perda de parâmetros na constituição da subjetividade moderna. A análise de Arendt é iniciada a partir do questionamento acerca da crise de sua época. Crise bem caracterizada pela perda das tradições, como a religião, e com ascensão de movimentos políticos, referidos à tentativa de ou vencer a autoridade posta ou restaurar de forma autoritária a autoridade perdida.

Segundo a autora o ápice dessa crise está em seu alcance a áreas em que a autoridade sempre foi considerada como essencial. Como exemplo na família em que a autoridade era tida como natural devido ao cuidado a uma criança que é biologicamente desamparada, é também relacionada à “necessidade política, [como garantia] a continuidade de uma civilização estabelecida que somente pode ser garantida se os que são recém-chegados por nascimento forem guiados através do mundo preestabelecido no qual nasceram como estrangeiros (ARENDR, 2001, p.128)”.

A autoridade perdida na modernidade não é uma ‘autoridade em geral’ mas uma autoridade específica, definida por sua capacidade de ser fundamental devido a sua historicidade. Sua legitimidade está posta em relação a uma memória que traz em si a produção humana, é uma regulamentação que tem seu fundamento em uma legitimidade

³ Hannah Arendt, apesar de não se inserir dentro da chamada Teoria Crítica, investigou, a partir da filosofia, a questão da autoridade na modernidade, trazendo contribuições essenciais para o tema.

histórica e não na violência e obediência. Há na autoridade uma possibilidade de superação; um movimento que suporta o que advém da tradição, se comunica com o que é construído socialmente no presente e que lança e dá base para que o homem possa vislumbrar o futuro.

Ocorre que na sociedade industrial, com as políticas liberais, sejam conservadoras ou progressistas, a autoridade específica foi se transformando em uma autoridade em geral, em um movimento de aproximação de toda e qualquer manifestação de autoridade com violência e imposição, qual seja, autoritarismo. Fato para o qual Hannah Arendt se atentou brilhantemente:

Por detrás da identificação liberal do totalitarismo com o autoritarismo, e da concomitante inclinação a ver tendências “totalitárias” em toda limitação autoritária [essa tradução utiliza esse adjetivo como expressão da qualidade da autoridade], jaz uma confusão mais antiga de autoridade com tirania e de poder legítimo (...) se a violência preenche a mesma função que a autoridade – a saber, faz com que as pessoas obedeçam –, então violência é autoridade. Aqui novamente encontramos aqueles que aconselham um retorno à autoridade por pensarem que somente uma reintrodução da relação ordem-obediência pode controlar os problemas de uma sociedade de massas, e os que crêem que um a sociedade de massas pode regular a si mesma, como qualquer outro organismo social (ARENDDT, 2001, p.134 - 140).

Dessa forma, confundida com violência, a autoridade passou a ter um caráter de limitação à liberdade do indivíduo e ganhou status de algo a ser combatido. Porém, o que se perde com o desaparecimento da autoridade é justamente a possibilidade de liberdade e de ser do homem. No mundo em que as tradições caem, e aí está incluída a autoridade, desaparece a ligação entre o indivíduo e toda a produção humana anterior a ele, daí a impossibilidade de reconhecimento universal de uma produção que diz do homem e que o define.

Com a perda da tradição, perdemos o fio que nos guiou com segurança através dos vastos domínios do passado; esse fio, porém, foi também a cadeia que aguilhou cada sucessiva geração a um aspecto predeterminado do passado.(...) Mas não se pode negar que, sem uma tradição firmemente ancorada – e a perda dessa firmeza ocorreu muitos séculos atrás –, toda a dimensão do passado foi também posta e, perigo. Estamos ameaçados de esquecimento, e uma tal olvido – pondo inteiramente de parte os conteúdos que se poderiam perder – significaria que, humanamente falando, nos teríamos privado de uma dimensão de profundidade na existência humana. Pois memória e profundidade são o mesmo, ou antes, a profundidade não pode ser alcançada pelo homem a não ser através da recordação (ARENDDT,2001, p.130).

É importante pensar que, se há essa transformação em autoritarismo há também na modernidade uma pulverização das figuras autoritárias, que, de certa forma, expressa a crise na família, já que a função de repressão, em muitos momentos, sai das mãos de uma figura

paterna e migra para locais muitas vezes disfarçados (Roudinesco, 2003), em que o autoritarismo é transvestido de liberdade e possibilidade de gozo completo.

Nesse contexto outro importante teórico pode ser trazido para a discussão. Christopher Lasch desenvolve a tese de uma subjetividade típica da modernidade, tecida frente às políticas liberais e entrelaçada acerca do discurso sobre o narcisismo. Esse autor se baseou na análise das transformações políticas ocorridas nos Estados Unidos da América para dizer da relação entre a objetividade e a formação da subjetividade.

Lasch (1986), assim como Arendt, afirma que no mundo moderno houve uma perda de parâmetros da autoridade que tem relações diretas com a formação de um indivíduo segmentarizado, amedrontado e a cada vez mais centrado em si. A efemeridade das coisas no mundo objetivo, que através da tecnologia pode e deve ser transformado a cada momento, repercute em uma formação também fragmentada do sujeito. Esses objetos, que antes davam base e continuidade para a formação do sujeito, se diluem assim como a autoridade, tecendo uma subjetividade dissolvida, uma dificuldade de separação entre o mundo objetivo e o mundo subjetivo: ‘o mínimo eu’.

A subjetividade chamada de ‘mínimo eu’ não se caracteriza por um egoísmo exacerbado, como o discurso vigente aponta. Retomando o conceito psicanalítico de narcisismo Lasch postula que o eu que tem sido formado na modernidade é um eu retraído, um eu que, frente à impossibilidade de uma diferenciação com o mundo se mantém em uma posição infantil de indiferenciação, posição que apenas exige satisfação e por isso pode ser confundida com egoísmo. Porém, o que esse autor chama atenção é que essa subjetividade não surge como culpa do próprio sujeito moderno.

Tal subjetividade vem sendo traçada em um movimento de declínio da autoridade e de uma forjar de possibilidade de gozo completo. A grande promessa do capital de que ter tudo significaria gozar de tudo, põe em cheque a importância da autoridade como barreira justamente para esse gozo mortífero. Cai a autoridade como possibilidade de ser do homem, como possibilidade de separação com o mundo objetivo e emerge a lei do gozo. Advém o ‘mínimo eu’ como a única forma de sobreviver na modernidade.

Essa formação de uma subjetividade mínima se comunica com a tese de uma subjetividade reificada. Nesse sentido, destaca-se que a atual pesquisa, como foi dito inicialmente é vinculada e surgiu de desdobramentos da pesquisa “Razão e des-razão: as contrafaces do psicólogo em formação”, que tem em seu seio a investigação acerca de qual subjetividade tem sido formada atualmente e discorre muito bem sobre essa reificação. Foi de

desdobramentos dessa pesquisa que as relações entre família, autoridade e subjetividade começaram vir à tona como objetos de estudo.

Assim, sendo, chama a atenção, mais uma vez, o fato de que a lógica do capital interfere de forma decisiva na formação da subjetividade. Tirando das mãos da família essa função de dar contorno por meio da autoridade, principalmente a transformando em uma lei autoritária e dissolvida, a subjetividade fica também dissolvida e a mercê de qualquer figura autoritária que lhe forneça um pouco de segurança. Em uma sociedade em que as mercadorias são postas como a grande possibilidade de felicidade, é importante a compreensão de que esses objetos são colocados no lugar das autoridades. Dessa forma a subjetividade formada é uma subjetividade contornada por mercadorias, identificada com as mesmas: a subjetividade reificada.

As mudanças detectadas na estrutura familiar são solidárias e contemporâneas da (ir)racionalidade e da subjetividade que subsistem apenas no lado aparente, ilusório e afirmativo, e que se expressam sob a forma de consumismo, fetichismo da juventude, moda, consumo de ideias, adesão a ilusões de todos os matizes, de religiosa a científicas (RESENDE E MIRANDA, 2006, p. 1-2).

Em uma cultura tão autoritária revestida com uma roupagem de liberdade, que não permite ao indivíduo apaziguar de forma satisfatória o sofrimento advindo do conflito entre a vida pulsional e as exigências civilizatórias, esse indivíduo narcísico se transforma no ser típico da modernidade. Sendo que concomitante e de forma entrelaçada a esse fechamento cada vez maior do indivíduo em si, há um movimento de dispersão da autoridade para figuras muitas vezes inidentificáveis transformando esse enfrentamento e superação do autoritarismo senão em impossibilidade, em algo muito difícil a ser conquistado. Dessa forma a autoridade que internalizada e superada possibilitaria a autonomia do sujeito se apresenta de forma autoritária e obstacularizada pela lógica do capital.

Partindo, então, desses pressupostos teóricos, é fato reafirmarmos a importância da família para a formação do sujeito. Compreendendo-a como locus de formação e frente ao discurso ainda existente acerca da crise da família e acerca das soluções para o grande problema de falta de limites, tão presente na atualidade, é clara a importância de investigação acerca da família e dos contornos que autoridade familiar tem apresentado.

2 OBJETIVOS

Valendo-se, então, dessas perspectivas teóricas, a pesquisa se propõe a investigar

as concepções de autoridade e família constituídas historicamente e como elas foram sendo tecidas, com o intuito de compreender a relação entre os formatos de autoridade familiar e os modos de conformação e de resistência da subjetividade na sociedade contemporânea.

Como objetivos específicos desse sub-projeto tem-se: o prosseguimento com a discussão teórica sobre autoridade e família – com enfoque na primeira, já que a segunda foi discutida de forma mais ampla em fases anteriores da pesquisa –, a tabulação e análise dos dados referentes a essas temáticas levantadas nos grupos focais que foram realizados e compreender, a partir desse levantamento, a relação entre as concepções de autoridade e família encontradas no banco e os sentidos da formação cultural no embate entre a autonomia e o autoritarismo, segundo referencial teórico do presente subprojeto.

3 METODOLOGIA

Vale reiterar que a atual pesquisa surgiu de desdobramentos da pesquisa “Razão e Des-razão: as contrafaces do psicólogo em formação”, a partir da qual, em discussões teóricas, surgiram subtemas, quais sejam: racionalidade, autoridade e família e formação. Devido a articulações teóricas o tema formação foi aglutinado à subárea racionalidade e dessa forma a pesquisa se constituiu em duas frentes de investigação: “racionalidade e formação” e “autoridade e família”.

A pesquisa é de cunho longitudinal e teve como duração o período de 2006 a 2011. Nesse período foram realizados encontros para estudos teóricos em que estavam presentes os coordenadores de cada subárea, bolsistas do núcleo ao qual essa pesquisa se vincula e professores associados ao mesmo. Essas discussões permitiram o aprofundamento acerca dos temas e se constituíram, primordialmente, da leitura de Freud e de autores da Teoria Crítica de Frankfurt, além de autores como Christopher Lasch e Hannah Arendt.

O grupo de sujeitos para essa pesquisa é constituído pelos alunos da primeira turma de Psicologia da Universidade Federal de Goiás que se dispuseram a participar. Vale ressaltar, então, que esse projeto foi avaliado e aprovado pelo Comitê de Ética da UFG.

Inicialmente, a pesquisa se baseou na aplicação de um questionário com o intuito de mapear a forma como as questões: identificação do sujeito, inserção cultural, participação em grupos religiosos e sociais, adesão a práticas religiosas e irracionais apareciam. Em seguida foi aplicada a “Escala F”, instrumento formulado por Theodor Adorno e outros (1965), com o intuito de verificar a adesão dos sujeitos ao discurso autoritário, cultos e crenças tão presentes na modernidade. A partir dessa escala os sujeitos foram divididos em três grupos, cada qual com um nível de adesão às questões relacionadas acima. Os

questionários foram, então, reaplicados, para a verificação de como suas questões apareciam em cada grupo.

Com o intuito de desvelar “perspectivas, ideias e sentimentos, representações, valores e comportamentos expressos em grupos”, assim como “ os fatores que influenciam, as motivações que subsidiam as opções, os porquês de determinados posicionamentos” (GATTI, 2005, p.14), foram realizados três momentos de grupos focais com os grupos constituídos a partir da aplicação da Escala F.

O primeiro grupo ocorreu no início de 2007. Nesse primeiro momento cada frente da pesquisa (duas) se reuniu com cada grupo (três) uma vez, o que resultou, então, em um total de seis encontros. A subárea “Autoridade e Família”, encaminhou a discussão em torno da categoria família, buscando compreender os formatos configurados nessa particularidade, as formas de seu funcionamento e a importância dessa instituição para os sujeitos da pesquisa.

Em um segundo momento, houve algumas desistências de participação, de forma que os sujeitos foram remanejados em dois grupos. Esses grupos focais aconteceram ao final de 2008, de forma que cada frente da pesquisa se encontrou uma vez com cada grupo, resultando em um total de quatro encontros. A temática autoridade e família foi iniciada tendo como base a gratidão e sua relação com a família.

Em um terceiro momento, realizado no início de 2010, alguns participantes não se dispuseram a participar, porém foram mantidos dois grupos. Nesse momento as duas frentes de pesquisa se encontraram em conjunto, uma vez, com cada grupo, resultando em dois encontros. E abordaram, conjuntamente, as temáticas autoridade, família, racionalidade e formação.

Em todos esses momentos, as bolsistas vinculadas à pesquisa fizeram a transcrição das discussões, o que compôs o banco de dados dessa pesquisa.

No período de 2010/2011, foi dada continuação aos estudos teóricos. Esses estudos foram realizados tendo como base uma revisão do que já havia sido produzido desde o início da pesquisa, teórica e metodologicamente. Visto que essa revisão possibilitou a compreensão do que havia sido melhor esclarecido e o que ainda não havia sido trabalhado de forma mais concisa, percebeu-se que a questão da autoridade – em sua construção histórica e manifestações na atualidade – merecia destaque nesse subprojeto. Dessa forma, autores como Lasch e Arendt, que trabalham com a construção dessa categoria, foram enfatizados.

Essa etapa caracterizou-se principalmente por um desafio: o de articular a base teórica – sustentada pela revisão teórica de autores da Teoria Crítica da Escola de Frankfurt, Freud e os autores citados acima – aos dados obtidos através dos grupos focais, o que já havia sido

inciado de forma breve no ano anterior de trabalho. Ou seja, essa última etapa diz respeito à análise da forma como as categorias autoridade e família, que são intrinsecamente relacionadas entre si, aparecem e se articulam nas falas dos sujeitos dessa pesquisa.

4 RESULTADOS/DISCUSSÃO

Como foi anunciado acima, os resultados aqui apresentados se referem à articulação entre os estudos teóricos, as categorias de análise da pesquisa e o que se apresentou nas falas dos participantes dos grupos focais. Ressaltando que as categorias, a saber, família/formatos de família, autoridade/autoritarismo, função paterna e identificação foram descritas de forma aprofundada em relatórios anteriores.

Em Dantas⁴ (2010), algumas articulações já puderam ser notadas, principalmente quanto à categoria família. A tese de Adorno e Horkheimer (1987) de que no seio da família encontra-se uma contradição: a possibilidade de resistência à dominação, já que a família perpetua elementos irracionais (afetividade e segurança) em meio a uma racionalidade sempre crescente, e ao mesmo tempo a possibilidade de adaptação e preparação do sujeito para o mundo do trabalho, ainda se faz atual. Nas falas nos grupos focais essa contradição aparece repetidas vezes, enfatizando a família como forte base afetiva e também como modelo e incentivo profissional, como fica exemplificado nessas duas falas: “Eu acredito que família seria pessoas com quem você tem laços sanguíneos e afetivos mais fortes e pode ser determinado ou pelos laços sanguíneos ou um pouco mais pela questão afetiva hoje em dia, um determinado modelo de família anterior os sanguíneos tinham eram mais determinantes do que os afetivos. Mas no modelo de família atual a gente meio que, por exemplo, uma pessoa que não tem nenhuma ligação sanguínea com você, mais você tem ligação afetiva, você mora na mesma casa, você foi criado com aquela pessoa o laço afetivo vai ter mais peso do que o laço sanguíneo” e “Afetividade, referencial e autoridade. Afetividade porque os laços mais fortes que eu tenho é dentro da minha família especificamente mãe e irmã... autoridade porque de certa forma tem que ter uma pessoa... na família não tanto, mas para te mostrar o que pode o que não pode, o que é certo o que é errado... Referência também está ligado a afetividade, minha referencia é referência profissional”.

Roudinesco (2003) discute as transformações da família ao longo do tempo, em seus aspectos biológicos e sociais, e afirma que o que tem sido chamado de “crise da família”

⁴ Camila Dantas contribuiu com a pesquisa como bolsista de iniciação científica no período de 2007 a 2010

é certa confusão com as mudanças nas configurações familiares. A autora afirma que as funções de inserção do indivíduo no mundo não deixaram de ocorrer, ou seja, a família ainda se faz um *locus* essencial para a formação do sujeito. Essa questão apareceu de forma interessante nos grupos focais. Nos grupos da primeira etapa esse lugar da família como base fundamental apareceu em quase todas as falas – “(...) Família é o primeiro âmbito em que você está socializando, nasceu o menino... tudo é feito ali, afetividade, é a primeira coisa... você ali é a família. Mais é a primeira base que você tem assim é a família”.

O interessante é que o aspecto longitudinal da pesquisa mostrou um movimento que levanta algumas questões. Ao longo da segunda e terceira etapa, a família foi perdendo lugar nas falas, o que tenha sido motivado, talvez, pela questão da formação. Ainda que não se possa afirmar com certeza, pode-se questionar se tal movimento se dá como uma forma de autonomia ou se há uma substituição simples de autoridades, um deslocamento para outros âmbitos de forma também irracional.

A discussão dessa possível irracionalidade em contraponto à autonomia é de extrema importância frente ao que os dados revelaram e reafirmaram. Segundo Freud, há na formação do homem uma ambivalência caracterizada pelo amor e ódio àquele que proíbe o gozo pleno e que possibilita o advir do sujeito. Dessa forma há sempre um aspecto irracional na formação do sujeito. O que contradiz a versão racionalista acerca da autoridade que, compreendida apenas como forma de controle, perde sua fertilidade como aspecto essencial da existência humana. O fato de o aspecto afetivo ainda aparecer muito relacionado à família em falas que articulam a autoridade/autoritarismo com aspectos afetivos, comprova, diferentemente de um discurso racionalista, como atentou Arendt que compreende a autoridade como uma forma de exercer controle de forma objetiva, que a afetividade e o inconsciente devem ser considerados na formação do sujeito.

Porém, apesar de esse elemento inconsciente/ irracional estar sempre presente, na modernidade, o que se constitui é uma ênfase no irracionalismo. Segundo Adorno e Horkheimer (1987), a autoridade familiar, foco de amor e ódio, tem se transformado em um elemento irracional de dominação e supressão do sujeito. Nesse mesmo sentido, considerada algumas divergências, Hannah Arendt (2001) constrói a tese de que na modernidade há uma confusão entre autoridade e autoritarismo.

Nos grupos focais em alguns momentos a questão do respeito apareceu bastante relacionada à questão da autoridade, como uma aceitação da lei sem uma violência excessiva (seja ela simbólica ou física), que é própria do autoritarismo. E aqui surge um questionamento. Como podemos ver em Arendt, o autoritarismo nem sempre é explicitamente

violento, ele também pode ser sedutor como aparece na seguinte fala: “No momento que você tem clareza que : nossa eu vou levar uma surra pelo que eu estou fazendo! , por questionar eu acho que o enfrentamento é diferente do que às vezes também quando aparentemente parece que não há agressividade, que a imposição não é tão forte é só permissividade, mais no fundo, você pensa que você tem autonomia, pensa que você faz o que quer mais no fundo, tanto de um lado como do outro acho que tem que ter um meio termo, precisa de um tom mais forte”. Essas falas que traziam fortemente a questão do respeito não nos dão respaldo para discutir se esse respeito vem em forma real ou também irracional, como um respeito a algo que se põe como imutável.

O que pode ser afirmado é que, na maioria das falas, se não há confusão entre autoridade e autoritarismo, há uma aproximação entre essas duas concepções, às vezes de forma clara e outras de forma sutil: “... a mãe pega algum homem para ser esse papel de autoridade porque ela não dá conta de ser tão autoritária quanto um homem, acho que ela se coloca como incapaz de ser autoritária do tanto que tem que ser, aí ele transfere para um homem do tanto que tem que ser a ai ela ... alguém da família”. “(...) lá em casa a gente sempre viu a autoridade na minha mãe, por mais que meu pai seja mais autoritário e mais agressivo”. As discussões acerca desse tema – autoridade/autoritarismo – foram longas nos grupos focais, diferente de outros temas que surgiram.

Formas de enfrentamento disso que surgiu como autoritarismo foram pouco citadas nos grupos focais. Só algumas referências foram feitas em relação a dificuldades em vencer a mesma em casos específicos em que o autoritarismo ora se apresenta de forma explícita ora de forma implícita. Essa falta de referência aponta para o questionamento acerca das possibilidades de enfrentamento ao autoritarismo possíveis na sociedade atual de forma singular (como não apareceu nos grupos focais) e de forma particular e universal, o que remete diretamente à questão de qual sujeito tem sido formado atualmente.

Articulada à questão da família, suas modificações e às formas de manifestação de autoridade/autoritarismo, uma questão que apareceu muito nos grupos focais foi a das funções afetivas e de autoridade exercidas no âmbito familiar. Tais questões não são de forma algumas simples e nem podem ser compreendidas de forma separada. Como afirmado em Freud, nas relações de autoridade/autoritarismo sempre está presente uma ambivalência afetiva que por consequência influi diretamente sobre a relação do sujeito com as figuras e funções de autoridade.

O movimento de mudanças ocorridas na configuração da família na modernidade apareceu de forma clara nos grupos focais: “eu acho que cada vez que a sociedade vai

mudando (?) hoje em dia a quantidade de mães solteiras, de pais solteiros, de um só desempenhar papéis, (...) essa é uma questão bem arcaica na minha opinião de que hoje em dia acaba sendo uma coisa só e mesmo confunde a descrição dos papéis que é necessário de um de outro” e “(...) é pai, mãe, filho, tios, avôs. Você está falando que família é o que? Você tem que levar em conta que hoje existe outro tipo de família hoje”.

É válido lembrar que, segundo Adorno e Horkheimer (1987), a família em sua esfera mais íntima também é constituída no cerne no capital. Assim, é interessante pensar que a lógica do mercado influencia a forma como a lei é construída e incide sobre o sujeito. Isso ficou muito bem ilustrado em uma fala dos grupos focais, que demonstra claramente a ligação criada entre a autoridade e o capital, com seu grande representante o dinheiro, que entra de forma autoritária guiando mesmo a relação entre pais e filhos. Nesse contexto, a função paterna⁵ fica submetida apenas a uma questão financeira: “primeiro que você é dependente dele, é isso. Uma questão financeira. Não tinha como eu falar assim, olha não tem problema, estou indo pra são Paulo e tchau, sabe? Não tinha como, você depende do seu pai financeiramente, e depois eles vão falar, daí eles pegam a seguinte frase: que ir? Então você vai, mas eu não aprovo, se você quiser ir o problema é teu... é complicado assim”.

Essa relação entre a função paterna e o capital também se apresenta de forma sutil, mas se mostra como determinante de quem irá cumprir essa função, ou melhor, de que a função a ser cumprida será autorizada por aquele que conseguir prover materialmente a família: será entrelaçada pelo dinheiro. Como fica claro na seguinte fala: “Eu não acho que tem que ser esses papéis, pai o provedor, o legislador, a mãe é quem acaricia, é quem acalenta, não sei o que, e o filho só obedece. Eu acho que em qualquer lugar, em qualquer grupo de atividade vão ter papéis [que] não estão definidos, são papéis que vão existir em qualquer lugar, em qualquer cultura (...) minha mãe e meu pai sempre trabalhavam, os dois ajudavam a sustentar a casa no mesmo pé de igualdade, quem chegava primeiro, tinha eu e minha irmã quem chegar primeiro bate,não tem nada disso” (...) “Porque a mãe é uma mulher e realmente a mulher é mais afetiva, mais afetuosa digamos assim”

A partir dessas falas já é possível localizar algumas mudanças na configuração familiar e se coloca a questão de como as funções são exercidas dentro da mesma. Segundo Roudinesco (2003), acompanhado a essas mudanças na configuração familiar está a modificação nas figuras de autoridade, mas com a manutenção da função paterna, seja na família ou em outras instituições sociais. O que foi apreendido nos grupos focais é justamente

⁵ Para a psicanálise, a função paterna está relacionada á internalização da interdição, da norma social, da lei.

a dificuldade em se localizar a função de autoridade na e dentro da família atualmente, mas em todas as falas a função se faz presente, diferente do que muitos autores atuais afirmam. Dentre esses autores, atenta-se, principalmente, para aqueles ligados a um discurso acerca da pós-modernidade e que têm postulado a queda da função paterna, mesmo em sua forma autoritária. Tais enfoques, ainda que de forma equivocada, põem em evidência o que reforça a importância dessa categoria na formação do sujeito ainda hoje.

Em algumas falas as funções paterna e materna aparecem muito bem definidas como os papéis na família tradicional burguesa, em que o pai aparece como aquele que provê e mãe cumpre uma função afetiva. Já em outras falas as funções se fundem em uma mesma figura e/ou se deslocam para outros membros da família: “Pra mim quem provê é quem dá carinho, pra mim é a mesma pessoa. A outra é completamente diferente. Eu sei que existe sabe, mas pra mim tipo existe o papel da mãe, existe o papel do pai, que é criado pela história em quadrinho, entendeu? Eu particularmente não tenho essa separação, pra mim é a mesma pessoa, as vezes meu irmão é muito mais pai do que meu pai. Por isso que eu falo, a minha família o que determina é muito mais o jeito da pessoa do que o papel que elas tem. O meu irmão tem 15 anos e é um cara que segura a barra, quando um está “grilado” com o outro ele fala: “Não, não vai brigar como ela não!” E o pessoal obedece, o que é mais incrível. Por isso que eu falo, que o que mais se impõe lá em casa, em termos de quem faz o que, é o próprio jeito sabe?”

Quanto aos locais fora da família, para o qual teoricamente essas funções teriam migrado, pouco foi relatado nos grupos focais, com a hipótese de isso ter ocorrido devido ao transcorrer dos grupos com discussões centradas na família. Mas outros grupos que foram citados, de forma breve, como importantes na formação dos sujeitos foram os grupos de amigos e a religião. Fica claro nas falas que o capital aparece como um forte mediador das relações.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo contribuiu para reafirmar a fecundidade da discussão sobre a autoridade e família no desvelamento dos processos formativos do sujeito e dos nexos constitutivos da estrutura social que a ele se articulam, na contemporaneidade.

Conforme a discussão teórica permitiu apreender, em uma sociedade capitalista marcadamente autoritária, a aparente liberdade, presente em todas as formas dos discursos dispostos na indústria cultural, não se concretiza em emancipação genuína do sujeito nem se

configura em superação de conflitos nas suas relações com o outro social. Ao contrário, verifica-se que esse sujeito narcísico, premido ante a vida pulsional e os limites dos laços civilizatórios, finda por reproduzir as condições de sua própria dominação. Perdida a possibilidade de identificar-se com o humano, nas relações de identificação e autoridade desenvolvidas na família, o indivíduo se isola e se fragmenta numa existência alienada e expropriada dos sentidos de autonomia e liberdade, que só se configurariam na perspectiva genérica e universal.

Notadamente, o processo de participação na discussão teórica e nos procedimentos de análise dos dados da pesquisa possibilitou um importante momento formativo para aqueles que fizeram parte do presente projeto. Ademais, tal estudo permitiu apreender a importância do prosseguimento do processo investigativo da família, da relação autoridade/autoritarismo e da questão da formação cultural/autonomia. Ainda, tendo por pressuposto o diálogo entre a Teoria Crítica e a Psicanálise, entende-se que essa reflexão expõe a necessidade de uma maior compreensão dos contornos da função paterna na configuração da família contemporânea. Ao buscar-se apreender tais categorias em presença dos dados colhidos junto a psicólogos em formação, pôde-se articular uma forma de perceber, de compreender e de viver os processos formativos, que é próprio do interesse da psicologia, aos sentidos contemporâneos da instituição e do desenvolvimento da subjetividade.

A par das dificuldades que se interpõem a um estudo longitudinal, tais como as que foram aqui descritas, destaca-se a relevância de entrar-se em contato com o dado em movimento, na sua historicidade, bem como da oportunidade de construir-se com vagar e profundidade uma discussão teórica de maior peso e rigor.

Assim, considera-se que os objetivos propostos para o sub-projeto “Concepções de família e de autoridade de alunos do curso de psicologia” foram adequadamente atingidos.

REFERÊNCIAS

ADORNO, T. W. E HORKHEIMER, M. In: CANEVACCI, M. *Dialética da Família*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____. *La personalidad autoritaria*. Buenos Aires: Editorial Proyección. 1965.

ARENDT, H. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2001.

DANTAS, Camila Roldão de Lelles. *Configurações da Autoridade familiar e a formação do sujeito na*

sociedade contemporânea. Publicado em: Anais do Congresso de Pesquisa, Ensino e Extensão- CONPEEX (2010), Goiânia, 2010.

FREUD, Sigmund. Psicologia de Grupo e análise do ego. In: *Obras Completas*, v. XVIII. Rio de Janeiro: Imago, 1974c.

LASCH, C. *O Mínimo eu: sobrevivência psíquica em tempos difíceis*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

RESENDE, A. C. A. e MIRANDA, M. G. *Razão e Desrazão: as contrafaces do psicólogo em formação*. Goiânia:UFG, 2006 (Projeto de pesquisa).

ROUDINESCO, E. *A família em desordem*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2003.